É FOTOCÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO DE Serv. Sistema de Alarmes CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ E Prosegur Alarmes Dissuasão Portugal, Unip., Lda. , A QUAL CONSTA DE 2 FOLHAS, TODAS NUMERADAS, RUBRICADAS E AUTENTICADAS, E ESTÃO CONFORME O ORIGINAL, O QUE CERTIFICO.
CÂMARA MUNICIPAL REGUENGOS DE MONSARAZ 23/06/2025
Oficial Público
[redacted]

Livro _____

Folha _____

CONTRATO N.º 58

CONTRATO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PARA SISTEMA DE ALARMES", celebrado com a empresa PROSEGUR - ALARMES DISSUASÃO PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA., pelo valor de €5.808,00 (cinco mil oitocentos e oito euros). ----------

Proc.º 28/AD/GCP/2025

Entre: ----------

Primeiro: **Marta Sofia da Silva Chilrito Prates**, com domicílio profissional na Praça da Liberdade em Reguengos de Monsaraz com o endereço eletrónico: mprates.presidente@cm-reguengos-monsaraz.pt, e número de fax 266 50 80 59, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, em representação do **Município de Reguengos de Monsaraz**, com poderes para este ato e de harmonia com a competência conferida pelo artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor e artigo 106.º do Código dos Contratos Públicos, na redação aplicável em vigor. ----------

O Município de Reguengos de Monsaraz, com sede na Praça da Liberdade, é titular do cartão de identificação de pessoas coletiva com o número 507 040 589. ----------

Segundo: [redacted] com domicílio profissional à Avenida de Berna, 54-B, r/c, 1050-043 Lisboa, titular do cartão de cidadão n.º [redacted] emitido pela República Portuguesa, válido [redacted] NIF [redacted] com o endereço eletrónico artur.antas@prosegur.com, que outorga na qualidade de representante legal da empresa **Prosegur - Alarmes Dissuasão Portugal Unipessoal, Lda.**, com sede à Avenida de Berna, 54-B, r/c, 1050-043 Lisboa, com o NIPC 513 523 944, conforme Procuração datada de 18 de janeiro de 2021 e Certidão Permanente com o código de acesso n.º [redacted] ----------

Verifiquei a identidade, qualidade e poderes dos outorgantes, para intervirem neste ato, a primeira por ser do meu conhecimento pessoal e a do segundo outorgante, pela exibição do seu documento de identificação, Procuração datada de 18 de janeiro de 2021 e certidão permanente subscrita em 3 de julho de 2019 e válida até 3 de julho de 2025. ----------

Certifico ser do meu conhecimento pessoal, também, a qualidade em que a primeira outorgante intervém e os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, pelo que dispenso a respetiva prova documental.---

E pela primeira Outorgante, na qualidade que intervém, foi dito: ----------

UM - Que mediante **Ajuste Direto**, nos termos do disposto nos artigos 16.º e 20.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017,

de 31 de agosto, foi adjudicado por Despacho da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datado de 29 de maio de 2025, exarado e nos termos do respetivo projeto de decisão, a **Prosegur - Alarmes Dissuasão Portugal Unipessoal, Lda.**, NIPC 513 523 944, o presente contrato de **"Aquisição de serviços de Sistema de Alarmes"**, de acordo com a sua proposta em conformidade com as cláusulas insertas no convite e caderno de encargos do respetivo procedimento concursal, documentos que serviram de base à **Ajuste Direto,** cujo caderno de encargos, devidamente assinado pelos outorgantes, fica anexo ao maço de documentos do presente contrato;-----

DOIS – O objeto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de Sistema de Alarmes, melhor especificado no Convite, Caderno de Encargos e proposta da adjudicatária;----------

TRÊS – Foi designado Gestor de Contrato, pelo Despacho n.º 88/GP/GCP/2025, proferido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal em 20 de maio de 2025, conforme determina o artigo 290.º-A, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, [redacted]----------

QUATRO – Que o preço total do contrato a celebrar é fixado em **€5.808,00 (cinco mil oitocentos e oito euros)** acrescido IVA à taxa legal em vigor, à data da respetiva liquidação;----------

CINCO – Que a despesa respeitante ao contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 2007 02021810, com o registo de cabimento n.º 32337 e registo de compromisso n.º 36574; --------

SEIS – O prazo máximo de execução do presente contrato é de 12 meses, em conformidade com o previsto na cláusula 3.º do caderno de encargos, programa de concurso e proposta do adjudicatário;----------

SETE – Que as condições de pagamento são as constantes da cláusula 9.ª do caderno de encargos e proposta do adjudicatário;----------

OITO – Que sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, nas respetivas especificações do procedimento concursal ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorre para o adjudicatário, a obrigação de efetuar o serviço identificado na sua proposta, conforme documentos que se arquivam junto ao maço de documentos;----------

NOVE – Que a tudo o que não esteja previsto nas especificações, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos; ----------

DEZ – Que o contrato é regulado pela legislação portuguesa.----------

Pelo Segundo Outorgante foi dito: ----------

Que aceita a presente adjudicação, com todas as obrigações que dela emergem, pela forma como fica exarado neste contrato e documentos que dele ficam a fazer parte integrante e atrás citados, obrigando-se a cumpri-lo.----------

Foram apresentados pelo Segundo Outorgante e juntos ao presente instrumento jurídico, os seguintes documentos:----------

a) Certidão permanente com o código de acesso [redacted]----------

b) Anexo II, nos termos da a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos; ----------

Livro ____________

Folha ____________

c) Certificado do Registo Criminal de Prosegur - Alarmes Dissuasão Portugal Unipessoal, Lda., de[redacted] e de[redacted] nos termos dos artigos 55.º e 81.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos; --
d) Declaração emitida pela Segurança Social, comprovativa de que tem a situação contributiva regularizada; --
e) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças, comprovativa de que tem a situação tributária regularizada; --
f) Declaração de Registo Central de Beneficiário Efetivo. ----------------------
g) Procuração datada de 18 de janeiro de 2021. ----------------------------------

----- **Assim o disseram, outorgaram e reciprocamente aceitaram.** -----------

A minuta do presente contrato, foi aprovada por despacho da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, de 29 de maio de 2025, sendo o mesmo lavrado num único exemplar que vai ser assinado por ambos os outorgantes, por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos e também por mim, [redacted], Assistente Técnica, na qualidade de Oficial Pública, designada por despacho da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, datado de 5 de novembro de 2021, nos termos da alínea b) do n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, considerando-se datado e válido com a aposição da última assinatura.---

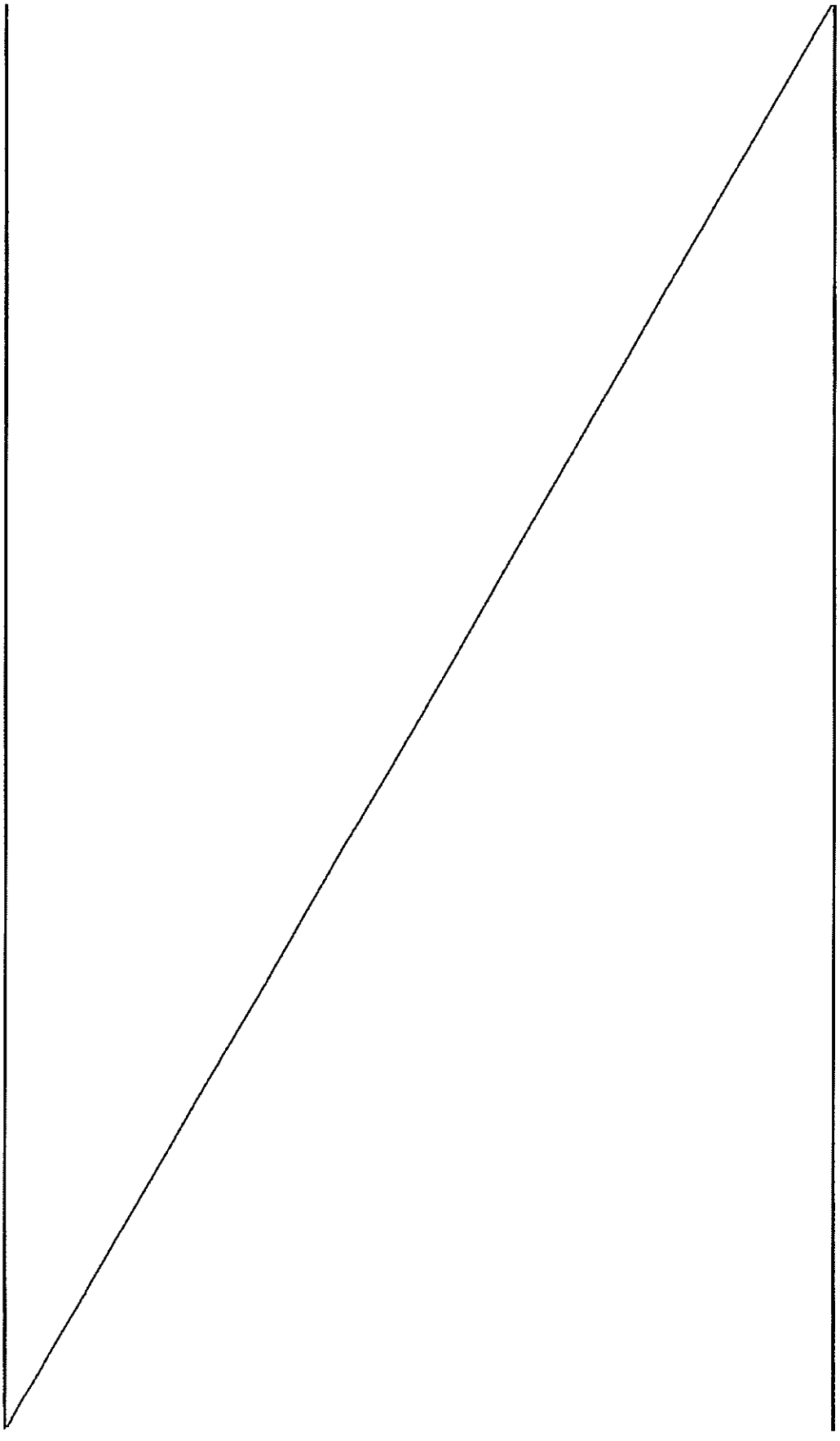
Primeiro Outorgante,

Marta Prates

DN: c=PT, title=Presidente da Câmara Municipal, o=Município de Reguengos de Monsaraz, sn=Chilrito Prates, givenName=Marta Sofia da Silva, cn=Marta Prates
Dados: 2025.06.23 16:15:12 +01'00'

Segundo Outorgante,

[redacted]
CONTRATACAO PUBLICA

Oficial Público,

[redacted]
Monsaraz, sn=Godinho,
[redacted]
+01'00'